

Traçado urbano e a construção da cidade Barroca: São Paulo nos setecentos coloniais

Urban layout and the construction of the Baroque city: São Paulo in the seventeenth century

Francisco Isaac D. de Oliveira¹

Resumo: O barroco foi um estilo artístico que construiu cidades. Durante muito tempo, a historiografia produzida no Brasil não olhou com mais atenção para a história do drama barroco na cidade de São Paulo. Essa sempre foi vista como cidade construída a partir do dinheiro do café, cidade moderna e locomotiva do Brasil. O barroco é um estilo artístico ligado na maioria das vezes as cidades de Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro e as cidades do litoral açucareiro do Nordeste do Brasil. Essa pesquisa constatou que a cidade de São Paulo foi tão dramática e barroca como os exemplos citados aqui. Fiz um breve apanhado geral a partir da nova historiografia sobre cidades barrocas e busquei analisar a presença marcante do barroco como “estilo construtor” da cidade de São Paulo, nesse sentido, os poderes político e religioso trabalharam juntos e construíram a São Paulo colonial ao modelo português, fizeram dela uma cidade barroca como tantas outras do Império português. A metodologia buscou apoio na vasta bibliografia especializada para dar suporte a interpretação e entendimento de uma urbe barroca.

Palavras-chave: São Paulo. Cidade. Barroco.

Introdução

A cidade de São Paulo em meados dos setecentos em nada se parecia com a metrópole atual. A documentação iconográfica, cartográfica e escrita depositada no Arquivo Histórico Ultramarino² em Lisboa, relativa à capitania de São Paulo revela-nos o controle estatal e clerical sobre o espaço urbano. A construção da capital dos paulistas foi como outras cidades coloniais e barrocas espalhadas pela América portuguesa local de disputas e cenário dramático de cenas cotidianas de fé, festas, procissões e arbitrariedades contra os indígenas. Meticulosamente,

¹ Doutor em História Social pela PUC-SP (2023), atualmente é professor substituto no Departamento de História na UFRN-CERES/Caicó, Rio Grande do Norte.

² “Criado por decreto de 14 de julho de 1642, o Conselho Ultramarino exerceu, durante a sua existência, um importante papel nos despachos das matérias que pertenciam às conquistas. (...) O período que corresponde a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, é sobretudo marcado pelas medidas administrativas do Estado Português para ampliar as bases da sua empresa colonizadora.” (REIS, 2000. p. 293).

engenheiros militares, padres, a governança municipal e a população construíram uma cidade barroca no século XVIII.

No projeto a seguir (figura 1), podemos ver a gênese do palácio episcopal e da nova Sé de São Paulo. A planta é uma evidencia contundente do controle estatal e religioso sobre os espaços sociais, em fins da primeira metade do século XVIII, cerca de 1743, era preciso esboçar, pensar e gerir a cidade, construir novos espaços para a comunidade barroca que estava em gestação naquela época.

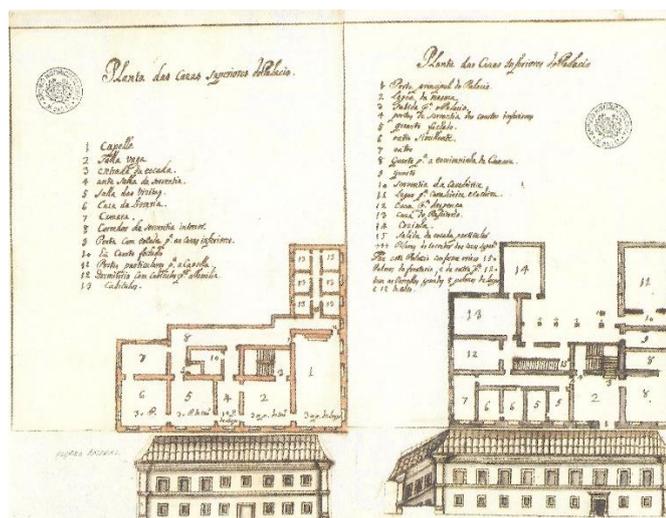


Figura 1: “Planta e Alçados para a construção da Nova Sé e Palácio Episcopal (circa 1743).” imagem do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Capitania de São Paulo. Imagem retirada do Catálogo 1 do livro Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830), organizado por José J. de A. Arruda. A imagem foi fotografada por Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

O domínio sobre o território nos mostra as pretensões estratégicas do corpo admirativo e do exército português em defender a cidade, fosse de índios do sertão ou estrangeiros vindos por rotas marítimas³, sabidamente, os índios selvagens eram a maior ameaça para a cidade de São Paulo, esses eram competidores que mereciam respeito e temor.

A cidade cresceu lentamente. A população colonial foi dando sua cara barroca aos espaços. “O planejamento urbano é revelado por meio das plantas detalhadas de hospitais, quartéis, cadeias, sedes de Câmaras, igrejas e edifícios públicos, mas que também podiam servir de inspiração para residências civis”. (ARRUDA, 2000. p. 13). O planejamento urbano do

³ “As fortalezas, cuja técnica de construção era dominada com maestria pelos portugueses, sendo capazes de definir com precisão os locais estratégicos de sua inclusão, mesmo considerando-se as imensas massas territoriais e os vastíssimos perímetros litorâneos extremamente recortados, eram peças essenciais do projeto colonizador, centros nevrálgicos do exercício do poder.” (ARRUDA, 2000. p. 13).

espaço colonial tinha diretrizes barrocas. Nesse sentido, podemos entender a cidade como um elemento das ordenações civis e eclesiásticas.

A nossa pesquisa compreende o período dos Capitães Gerais e Governadores da Capitania de São Paulo que vai de 1765⁴ até o início do século XIX, mais precisamente a primeira década do XIX. Começa no governo de D. Luís A. de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus e vai até o governo de Antônio J. da Franca e Horta⁵.

Entretanto, isso não quer dizer que não vamos recuar no tempo, recorrendo a períodos anteriores ao nosso recorte temporal. Com toda certeza vamos nos apropriar de documentos visuais, textuais e bibliografia especializada anterior para explicar e exemplificar a história social de São Paulo.

O florescimento de São Paulo se dá nessa época. A cidade evoluiu e cresceu, tropeiros e viajantes circulavam mais pelos caminhos paulistas, vendendo e comprando produtos e os distribuído por todo sertão, como isso, e de forma lenta, a cidade se desenvolveu.

A cidade cresceu em momentos anteriores, não há como negar. Porém, é no século XVIII que esse crescimento urbano fica mais evidente, é no decorrer do setecentos que a urbanização fica latente aos olhos, e como marco dessa retomada urbana temos o governo de Morgado de Mateus, onde a colonização e ocidentalização já estavam bem encaminhadas.

O empreendimento colonizador vislumbrava rentabilidade e lucro, segundo G. S. M. Reis “O empreendimento para o processo de colonização do Brasil teve particularidades marcadas por uma ordem jurídico-administrativa, modelado por Portugal, com objetivos de assegurar o lucro e sustentar a sua empresa mercantil e colonial.” (REIS, 2000. p. 293). No final do século XVIII a coroa portuguesa limitou as concessões e privilégios concedidos aos nobres e pequena nobreza portuguesa.

Dentro deste contexto político de retomada do poder e maior controle do governo sobre a capitania de São Paulo, a Coroa portuguesa viu suas autoridades nomeadas “enfrentando a nada fácil tarefa de ‘civilizar’, trazer moradores de (outros) núcleo urbano e dos ‘sítios volantes’ para o sociável convívio e a fé cristã, para o pagamento dos impostos e as obrigações relativas

⁴ Durante 17 anos a Capitania de São Paulo foi extinta, e sua administração passou para a Capitania do Rio de Janeiro. Esse período ficou conhecido como: Extinção da Capitania de São Paulo adjudicada ao Rio de Janeiro (1748 a 1765).

⁵ Dentro do período escolhido para a nossa pesquisa foram governadores: D. Luís Antônio de Sousa B. Mourão, Morgado de Mateus; Martin Lopes Lobo de Saldanha; Francisco da Cunha e Meneses; Frei José Raimundo C. da Gama Lobo; D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira; Antônio Manuel de Melo C. e Mendonça, e por fim Antônio José de Franca e Horta.

à manutenção de espaços de uso comum.” (BRESCIANI, 2007. p. 14). Colonizar nunca foi fácil.

As estratégias de ordenamento na cidade: um breve passeio pelas referências do passado e o entendimento de cidade

Sergio Buarque de Holanda deixou impresso durante muito tempo na historiografia a ideia de que a urbanização das cidades do Brasil foi feita ao sabor do relevo e dos acidentes geográficos da paisagem. De verdade absoluta, foi questionada em novas pesquisas que repensaram essa ideia e trataram de superá-la. No capítulo “O Semeador e o Ladrilhador” do clássico livro – Raízes do Brasil – de 1936, S. B. de Holanda se refere a urbanização praticada pelos portugueses como:

“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’.”. (HOLANDA, 1995. p. 110).

Ao contrário do que pensou S. B. de Holanda, existia uma lógica na construção e no traçado urbano das cidades coloniais. A própria documentação colonial está cheia de planos e projetos arquitetônicos para a cidade, houve uma preocupação com a organização territorial e planejamento na formação urbana de São Paulo no século XVIII, principalmente a partir de 1765. Várias pesquisas demonstraram que a urbanização colonial durante o século XVIII tinha planos a serem seguidos.

Os desafios impostos a ser uma ladrilhador foi reconhecido pelo Morgado de Mateus “Numa carta de 1772 do 4º Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, o governador da capitania assumia sua posição ladrilhador: ‘Eu achei esta capitania [de São Paulo] morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo’.” (SEGAWA, 2013. p. 10). Ressuscitar a cidade seria um trabalho hercúleo, sobre humano, era uma ação divina reservada a Cristo, apenas ele era capaz de realizar tal feito. Criar outra cidade seria mais fácil, porém, D. Luís Antônio de Sousa B. Mourão, deveria fazer alianças, se aproximar da elite, contornar, negociar, ser dinâmico e ser sensível aos desejos locais, para assim, fazer o jogo político necessário para abrir o caminho as oportunidades e refazer a cidade, dando assim, o tom de sua administração⁶.

A colonização portuguesa na América foi desenvolvida primordialmente no litoral do Brasil. Foi no século XVI onde começaram a surgir alguns “embriões” urbanos, que foram

⁶ “O Morgado de Mateus e seus sucessores não foram casuísticos semeadores, tampouco ortodoxos ladrilheiros.” (SEGAWA, 2013. p. 11).

fixados pelo litoral, como exemplo Olinda e São Salvador da Bahia. Entretanto, nesse mesmo século, um pequeno grupo de padres jesuítas “... já tinham ultrapassado a serra do Mar e chegado a um planalto interior onde fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga (1554).” (DERNTL, 2013. p. 13). Contrariando o “padrão” português de fundar vilas pelo litoral, esses padres escolheram o sertão.

“Além disso, São Paulo é um caso paradigmático por ser a primeira vila da América portuguesa construída no sertão, se excetuarmos a efêmera Santo André, que é absorvida por Piratininga em 1560, e por ter tido um desenvolvimento econômico distinto de outras áreas da América portuguesa. Ela é a primeira tentativa de conquista do interior da colônia, tanto do espaço quanto das almas dos indígenas: é o primeiro experimento da estratégia da conversão criada pelos jesuítas no bojo da Reforma católica e no desejo de aumentar a cristandade trazendo os rebanhos dispersos dos pagãos para a ‘gloriosíssima Cidade de Deus, que neste mundo peregrina em busca da pátria soberana (SANTO AGOSTINHO, 1990, II: 194).’ (TORRÃO FILHO, 2007. p. 22).

São Paulo foi fundada no sertão da América pelo interesse religioso em converter novas almas para o cristianismo católico. Avesa ao litoral, queria estar no sertão, era lá que apresariam os índios para o trabalho compulsório e para a igreja. Buscaram minério preciso, desde cedo teve vocação para entrar no mato e desbravar, construiu caminho e expandiu as fronteiras.

Ao redor do colégio jesuíta desenvolveram-se outras comunidades de índios, que eram o principal grupo humano observado pelos padres da Cia. de Jesus.

“A vila de Piratininga, instalada em 1560, tornou-se o centro de expedições que se lançaram aos sertões para apresar indígenas e eventualmente encontrar minérios preciosos. Nas últimas décadas do século 17, já havia em torno de São Paulo uma constelação de vilas marcando novos pontos de partida da expansão sertanista em diferentes direções.”. (DERNTL, 2013. p.13).

Mesmo pequena, São Paulo já começava a se firmar como centro das expedições para o sertão a dentro. Isso não foi suficiente para que a cidade não fosse confundida com uma área rural, essa característica marcou São Paulo mesmo na segunda metade dos anos setecentistas⁷.

A segunda metade do século XVIII foi importante para as transformações que se avizinhavam, foi um tempo de mudança para a cidade⁸. Uma nova gestão colonial iniciou-se, a presença marcada da administração portuguesa foi decisiva para as modificações realizadas nos espaços. A Metrópole tinha planos estratégicos para os territórios do sul, ações para criar vilas e cidades e povoar a terra da capitania de São Paulo foram realizadas a partir de um ano chave,

⁷ “Enquanto isso, no planalto e nos campos paulistas, fazendas de criação de gado, roçados e sítios foram se estabelecendo por iniciativa dos colonos.”. (DERNTL, 2013. p. 13).

⁸ “O intenso impulso à urbanização nesse período foi parte de um esforço para integrar a capitania ao quadro de reformas ilustradas promovidas pelo ministro Sebastião J. de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1769).” (DERNTL, 2013. p. 17).

1765, esse ano é considerado por muitos historiadores como o ano da retomada e florescimento tanto para a capitania como para a cidade de São Paulo.

A instabilidade na fixação das pessoas nos centros urbanos foi uma grande barreira para a Coroa portuguesa. Conduzir esse processo era um desafio, era preciso criar espaços urbanos para que o poder político agisse, controlando e moldando a sociedade. Dessa forma, a “noção de urbano aparece então associada aos espaços de onde emana o poder político, os centros administrativos.” (DERNTL, 2013. p. 14). Eram nas cidades onde ficavam os órgãos públicos e políticos do poder português.

Os prédios da câmara e cadeia, a sede episcopal e as igrejas, as Ordens religiosas, as Irmandades religiosas, os hospitais de caridade e assistência eram instituições que ajudavam a normatizar os espaços e a população, todos esses prédios vigiavam, puniam, e emanavam poder vislumbrando educar e ocidentalizar a população em São Paulo. Nesse sentido a cidade é o centro do poder político.

As práticas sociais e as experiências locais ajudaram a influenciar a política na definição, construção e remodelação da cidade. De forma conjunta, arte barroca e a política barroca, influenciaram nesse processo. Como mencionamos anteriormente, existia um intrincado jogo político que deveria ser considerado para realizar tais mudanças. Nesse contexto, os projetos de urbanização e a política para a cidade está inserida num cenário de conflitos e interesses dinâmicos e diversificado, onde as autoridades metropolitanas estão alheias a tal realidade⁹. A urbanização de São Paulo no século XVIII estava condicionada a alguns caprichos locais, “*Método e arte* refere-se aqui à ideia de que a Coroa Portuguesa foi tentando organizar determinados modos de conduzir a expansão urbana, ao passo que experiências e circunstâncias locais constantemente exigiam arranjos novos e específicos.” (DERNTL, 2013. p. 15).

Da arquitetura paulista pouca coisa chegou a nossos dias, a taipa foi a principal técnica de construção nessa área da colônia. A arquitetura de taipa da maioria das vilas setecentistas fora destruída pelo tempo e pelas modificações a longo prazo que depois ocorreram em São Paulo. O pouco que restou, conta a história das pessoas e traz a possibilidade de problematizarmos as relações sociais dos índios aldeados, das elites locais com religiosos e colonos pobres, que também interagiram nessa história, é sabido que esses encontros geraram constantes tensões.

Alguns relatos historiográficos: as imagens de São Paulo no Século XVIII

⁹ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte**: Urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. São Paulo: Alameda, 2013.

Durante muito tempo a historiografia produzida no século XX tratou a cidade de São Paulo como pequena e de população parca e distante¹⁰. Segundo a pesquisadora Stela Breschiani, ela cita Fernando de Azevedo.

“São Paulo, século XVIII. Cidade modorrenta, ‘pequenina e bisonha’, população parca, pobre, reclusa, vivendo isolada no planalto. Fruto da ação catequizadora dos jesuítas, com suas ruas tortuosas, poucas delas calçadas, oferece a imagem da cidade colonial portuguesa implantada com pouca arte na restrita área do alto de uma colina rodeada de rios e suas margens pantanosas.” (AZEVEDO, A cultura brasileira, Melhoramentos, 1964. *In*: BRESCHIANI, 2007. p. 12).

Em 1964, essa ainda era a visão que persistia sobre São Paulo no século XVIII. Essas imagens ajudaram a popularizar no imaginário social paulista e brasileiro uma cidade reduzida, quase sem ninguém, imagens negativas que construiriam também uma “história oficial” da cidade no período colonial. Essas imagens foram tão fortes que duraram até a década de 90 do século XX, segundo Ana E. Ribeiro Montoia na sua dissertação de mestrado ainda perpetuou a visão de que o português era apenas um sementeiro, segundo ela “... o espaço da natureza, recusa do artifício, ausente qualquer polimento que permitia o exercício da civilidade.” (MONTAIA, Cidade e Política: São Paulo no século XIX, Mestrado, Unicamp, 1990. *In*: BRESCHIANI, 2007. p. 12).

Por muitos anos a historiografia paulista tratou de descrever a cidade de São Paulo dessa forma¹¹. Sem criticar ou questionar a interpretação dos antigos cânones como S. B. de Holanda, que apresentaram uma visão estática e cristalizada da urbanização da cidade. Segundo o professor Amilcar T. Filho foi,

“A partir do texto de Sérgio B. de Holanda, ‘O Ladrilhador e o Sementeiro’, de seu livro *Raízes do Brasil*, inicia-se uma interpretação da cidade colonial que a vê como espaço da desordem. Este é um texto fundador da interpretação da cidade colonial e da oposição entre cidade portuguesa, paradigma do caos, e a cidade hispânica, exemplo de ordem urbanística e social.” (2007. p. 19).

¹⁰ “A historiografia sobre São Paulo é marcada por algumas tópicas que insistentemente se repetem: a pobreza da vila, depois cidade, a dispersão da população, o bandeirismo, o isolamento do núcleo piratiningano, o que teria favorecido o aparecimento de uma cultura própria, a inexistência de um planejamento, ou melhor, de uma racionalidade urbana na política colonial portuguesa, a ‘espontaneidade’ na formação da cidade”. (TORRÃO FILHO, 2007. p. 18).

¹¹ “A maior parte das análises refere-se a São Paulo no período colonial apenas enquanto área periférica, fornecedora de mão-de-obra indígena, pólo de desbravamento ou abastecedora das minas. Os estudos sobre a capital paulista privilegiam, quase sempre o processo de formação da grande metrópole; até meados do século XIX, coincidindo com o ciclo do café e a transformação da Província de São Paulo no centro econômico do país, é como se não houvesse uma história urbana a ser contada. Historiadores marcados pelo paradigma de ordem tendem a ver a São Paulo colonial sempre em termos da metrópole que ela se tornou posteriormente, de maneira teleológica e anacrônica, o que reforça os estereótipos da ‘vila medíocre’, miserável e sem importância”. (TORRÃO FILHO, 2007. p. 18-19).

O texto de S. B. de Holanda fundou uma interpretação dos modelos iniciais da cidade colonial em nossa historiografia, a “vítima” dessas interpretações iniciais recaíram sobre São Paulo. Durante muito tempo essa visão foi aceita, porém com o renovado interesse dos pesquisadores da história da arquitetura e da história colonial, novas interpretações surgiram e os textos defendidos nas universidades mostram olhares alternativos alicerçados em documentação e novas discussões sobre a cidade colonial portuguesa.

Em 1766 pouco tempo depois de assumir o governo da capitania e ter chegado à cidade de São Paulo, o 4º Morgado de Mateus escreveu ao conde de Oeiras relatando suas primeiras impressões da cidade, ele nos conta que,

“Está edificada no meio de uma grande campina, em sítio pouco elevado, ‘que a descobre toda em roda’. O seu terreno é brando e tem as ruas ‘planas, largas e direitas e algumas bem compridas, porém não são calçadas, todas as paredes dos edifícios são de terra’.” (Trecho da carta de 10 de dezembro de 1766. In: TORÃO FILHO, 2007. p. 17).

A partir da descrição de D. Luís A. de S. Botelho Mourão podemos imaginar a paisagem urbana de São Paulo. Em termos técnicos de construção não é muito diferente da rusticidade dos prédios, templos e moradias civis nas cidades do litoral do Brasil. A cidade que ele descreve é muito semelhante com a estrutura física das tantas outras cidades coloniais portuguesas da América, principalmente quando ele chama a atenção para as paredes dos edifícios que são de terra, ou seja, de taipa e as ruas que não são calçadas.

A descrição feia pelo governador poderia reforçar a imagem desprezível pela cidade de São Paulo, porém, a estrutura urbana da cidade de São Paulo estava dentro do padrão e ordenamento da lógica portuguesa de defesa da cidade. Fosse pequena ou de tamanho reduzido em suas dimensões, não era muito diferente das cidades do litoral como Natal, Olinda e Paraíba.

Se a cidade era modesta no tamanho e simples na feitura urbana de sua estrutura, não se distanciava muito da realidade colonial das cidades da América, mesmo aquelas fundadas pelos ingleses, franceses e espanhóis. A outra preocupação do governo de São Paulo, era os costumes da população, segundo o Morgado de Mateus era preciso educar toda a gente, do “gentio do Brasil” aos próprios paulistas. A principal missão do governo seria

“(…) civilizar, policiar e dar urbanidade de trato aos paulistas de ‘juízo grosseiro, e mal limado (DI, v. 73: 66)’, transformando-os em povo útil, obediente e polido; pois o governador, homem piedoso e cristão, ‘não acreditava na ventura da cidade em que as muralhas estão de pé e os costumes em ruínas (SANTO AGOSTINHO, 1990, v. 1: 63)’. ”. (TORRÃO FILHO, 2007. p. 18).

Não bastava erguer a cidade e suas muralhas. Precisava-se de pessoas educadas e civilizadas, isso era tão importante quanto ter prédios públicos para legislar. A missão de fundar

idades era importante, como também, transformar o povo, polindo-o e ensinando-lhe a obediência ao Estado. Embelezar a cidade era necessário, tirar o homem da escuridão “selvagem” e dar-lhe à luz da razão também.

O século XVIII foi uma época repleta de reformas políticas e reajuste do governo metropolitano, Portugal estava se readequando as diretrizes das luzes iluministas por meio da figura do reformador Marquês de Pombal. Essas ações políticas atingiram as possessões americanas e governo de São Paulo teve que acompanhar as mudanças, ou seja, o governo do Morgado de Mateus começou a pensar os espaços, começou assim, uma nova relação com a cidade. Os documentos revelam atividades e planos realizados por D. Luís A. Botelho¹².

O governo do Morgado de Mateus é simbólico também para entendermos as mudanças na economia do Antigo Regime, dando início a associação com um Estado mais moderno, influência das políticas adotadas pelo Marquês de Pombal, que alicerçava suas políticas econômicas na filosofia e na razão, como também, na Ilustração católica. Logo, é neste governo que se dá “importância capital à cidade, não como local de intervenção global, mas enquanto espaço civilizador.” (TORRÃO FILHO, 2007. p. 23).

Civilizar os espaços urbanos e as pessoas, essa era a política. Sendo assim, D. Luís tratou catalisar as pessoas e trazê-las para o convívio em São Paulo, prometendo a esses povoadores “muitas mercês, especialmente as do hábito de Cristo, com tenças conforme os serviços que cada um prestasse ao Estado (FLEXOR, 1995: 83).” (TORRÃO FILHO, 2007. p. 23). Reunir as pessoas em uma única cidade facilitaria o controle social, era mais gente para trabalhar e cobrar os impostos.

É difícil pensar que São Paulo foi criada sem critérios, ou que, em sua fundação pelos portugueses não tenham sido empregados arte e lógica urbana. Seus fundadores foram os jesuítas, os mesmos religiosos que S. B. de Holanda abre exceção ao dizer que esses são os únicos que empregaram algum cuidado ao fundar as cidades coloniais¹³. São Paulo é assim:

“... um ato de vontade dos jesuítas na conversão dos indígenas, dos colonos que se apropriam do espaço jesuítico para a conquista do sertão e para o Morgado de Mateus, para quem a cidade é um espaço para civilizar os índios, mestiços, dispersos, vadios e rebeldes, levando-lhes as luzes da razão e da sujeição à Religião e à Coroa.” (TORRÃO FILHO, 2007. p.24).

¹² É bem verdade que “... suas ações na cidade de São Paulo não foram tão frequentes, ao menos em reformas mais ambiciosas, como serão a abertura da rua Nova de São José em 1787, ou a construção da calçada do Lorena, o novo caminho do mar, em 1790-1792, pelo governador Bernardo J. de Lorena.” (TORRÃO FILHO, 2007. p. 23).

¹³ “Na América portuguesa, entretanto, a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa exceção. Ao lado do prodígio verdadeiramente monstruoso de vontade e de inteligência que constituiu essa obra.” (HOLANDA, 1995. p. 98).

Vamos lembrar, que São Paulo nasce a partir do colégio dos jesuítas, onde existiu todo um método, os jesuítas utilizavam uma lógica para criação das suas cidades. Sendo assim, São Paulo nasce de uma ordem (além de uma Ordem Religiosa, me refiro a ordem de organização), nasce da necessidade dos religiosos de catequizar.

A cidade se converte no lócus de ação do poder político e religioso. Esses poderes agem se espacializando, interferindo na vida das pessoas, na cobrança dos impostos, nas leis escritas pelos homens na câmara municipal.

Outra imagem recorrente na historiografia tradicional conta do isolamento de São Paulo, que os paulistas eram fechado e viviam numa solidão, reclusos e as vezes alheios a comunicação com outras capitâneas. Atualmente sabe-se que houve muito mais dinamismo na relação de São Paulo com as cidades vizinhas e capitâneas vizinhas. Segundo o pesquisador A. T. Filho:

“São Paulo estava não isolada, mas integrada a uma grande região em seu entorno, funcionando como verdadeira liderança de capitania no século XVIII. Liderança que já vinha sendo ensaiada nos séculos anteriores, como demonstra a tentativa de se elevar a vila de São Paulo a cabeça de capitania em 1681. A documentação não nos revela uma cidade vazia, mas dominando uma enorme área de campos ou matas entre os vários bairros, decorrente da ideia de um espaço quase ilimitado para a conquista, pelo qual a cidade se espraia, tomando posse de espaços ainda não ocupados efetivamente.” (TORRÃO FILHO, 2007. p. 25).

Pelo trecho citado, vemos que os paulistas não estavam tão sozinhos assim. A documentação de época relata pessoas circulando com suas mercadorias pelos caminhos de São Paulo, o comercio foi muito importante e favoreceu o protagonismo e dinamismo da economia na região. São Paulo não era uma cidade vazia e solitária, ela encabeçava a liderança local no século XVIII.

Referências bibliográficas

ARRUDA, José J. de Andrade. Introdução. *In: Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*. Catálogo 1. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP: IMESP, 2000.

BRESCIANI, Stella. Desfazer o novelo ou caminhar pelo labirinto das interpretações. *in: TORRÃO FILHO, Amilcar. Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte**: Urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. São Paulo: Alameda, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^o ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

REIS, Gilson S. Matos. Conselho Ultramarino. *In: Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)*. Catálogo 1. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP: IMESP, 2000.

SEGAWA, Hugo. Entre o semeador e o ladrilhador. *In: Método e arte: Urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. São Paulo: Alameda, 2013.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.